

Demonstrações contábeis

Água Limpa Energia S.A.

31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Água Limpa Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Água Limpa Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Aspectos relacionados ao licenciamento ambiental

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis que descreve as incertezas relacionadas as dificuldades no licenciamento ambiental, que afetam diretamente o início da construção da Pequena Central Hidrelétrica e por consequência a validade do contrato de autorização de exploração da usina. No caso de não obtenção da licença ambiental, os valores registrados no ativo imobilizado poderão ser afetados pela impossibilidade de recuperação por meio das operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de janeiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de setembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Água Limpa Energia S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		2	38
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	37
Outros ativos		-	1
Não circulante		7.896	7.804
Imobilizado	5	7.823	7.742
Intangível		73	62
Total do ativo		7.898	7.842

		31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		19	18
Fornecedores		18	15
Tributos e contribuições sociais a recolher		-	3
Outros passivos		1	-
Não circulante		-	360
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	6.1	-	360
Patrimônio líquido	7	7.879	7.464
Capital social		7.947	7.517
Prejuízos acumulados		(68)	(53)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.898	7.842

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(15)	(13)
Prejuízo do exercício	<u>(15)</u>	<u>(13)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	<u>(15)</u>	<u>(13)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(15)</u>	<u>(13)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	(40)	(30)
Aumento de capital	7.507	-	7.507
Prejuízo do exercício	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.517	(53)	7.464
Aumento de capital	430	-	430
Prejuízo do exercício	-	(15)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.947	(68)	7.879

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Água Limpa Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(15)	(13)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Receita de aplicações financeiras		-	(1)
		(15)	(14)
(Aumento) redução no ativo			
Tributos e contribuições sociais a compensar		1	7
		1	7
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		3	(9)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(3)	2
Outros passivos circulantes		1	(13)
		1	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(13)	(27)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	5	(81)	(357)
Adições no intangível	5	(11)	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(92)	(379)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		70	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		-	431
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		70	431
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(35)	25
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		37	12
Saldo no final do exercício		2	37
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(35)	25

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações Gerais

A Água Limpa Energia S.A. (“PCH - Antônio Dias” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de dezembro de 2013 e tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Antônio Dias, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Piracicaba, Bacia Hidrográfica Atlântico Leste, Sub-Bacia 56, Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, constituída por duas Unidades Geradoras de 11.500 kW, totalizando 23.000 kW de capacidade instalada e 11.440 kW médios de garantia física de energia. A autorização, por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 346, publicada em 18 julho de 2014, permite a exploração da Usina pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de sua publicação (até 2049).

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, cj. 161, sala B, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A acionista controladora da Água Limpa Energia S.A, é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

O início da operação comercial da 1ª Unidade Geradora estava previsto para 30 de novembro de 2016 e a 2ª, para 30 de dezembro de 2016.

Entretanto, em 29 de maio de 2017, em função da não obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Mecanismo de Contratação de Sobras e Déicits - MCSD A4+, publicado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que rescindiu, a pedido da Companhia, 100% dos CCEARs do 18º LEN de 2013, o que a desobrigou da entrega da energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR a partir de maio de 2018. A Companhia não possuía energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Companhia aguarda, ainda sem data definida, a conclusão do novo processo de licenciamento ambiental junto ao órgão estadual de meio ambiente de Minas Gerais para que possa ser iniciada a construção do empreendimento. A ANEEL é mensalmente informada do andamento das atividades para implantação da usina.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Companhia ainda não obteve a Licença Ambiental de Instalação – LI o que afeta diretamente o início da construção da Pequena Central Hidrelétrica e por consequência a validade do contrato de autorização de exploração da usina. No caso de não obtenção da LI os valores registrados no ativo imobilizado poderão ser afetados pela impossibilidade de recuperação por meio das operações. Até presente data, não houve a remarcação da visita técnica do órgão estadual de meio ambiente de Minas Gerais, prevista inicialmente para a segunda quinzena de setembro de 2022.

A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos da acionista (efetuados à título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da PCH Antônio Dias.

Impactos do COVID 19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2019 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 08 de setembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, entretanto, não houve impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

(A) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro. Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

(B) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil – Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A Companhia não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil e, portanto, não houve impactos da adoção do CPC 06 (R2).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de outros ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Não houveram operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo.

3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo.

Fornecedores são classificados como empréstimos e recebíveis.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.8 Tributação

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CS) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras automáticas	2	37

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 70% a 90% do CDI e, 31 de dezembro de 2019 e 85% a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

5 Imobilizado

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 representa as adições ocorridas no ativo imobilizado referentes substancialmente a, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da PCH Antônio Dias. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
<u>Imobilizado em curso</u>					
Equipamentos de informática	10	-	10	-	10
Móveis e utensílios	8	-	8	-	8
A ratear (i)	7.352	357	7.709	81	7.790
Adiantamento a fornecedor	15	-	15	-	15
Total do imobilizado em curso	7.385	357	7.742	81	7.823

(i) Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

6 Partes relacionadas

6.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2019	31/12/2018
AFAC - Alupar Investimentos S.A (1)	-	360

- (1) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos da acionista (efetuados à título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da PCH Antônio Dias, em 09 de dezembro de 2019 o saldo de adiantamento de futuro aumento de capital foi convertido em capital social. Em 31 de dezembro de 2019 os valores acima não possuem características de instrumento patrimonial.

6.2 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo (1)	7	43

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

7 Patrimônio líquido

Em 09 de dezembro de 2019 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, já aportado em R\$430 (mediante subscrição de 430 mil novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 7.517 para R\$ 7.947.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	7.946.090	99,99%	7.516.090	99,99%
AF Energia S/A	1.000	0,01%	1.000	0,01%
Total das ações	<u>7.947.090</u>	<u>100,00%</u>	<u>7.517.090</u>	<u>100,00%</u>

8 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

8.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Equivalentes de caixa como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes como custo amortizado e fornecedores como outros passivos financeiros.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2